

Revista **a** EVOLUÇÃO

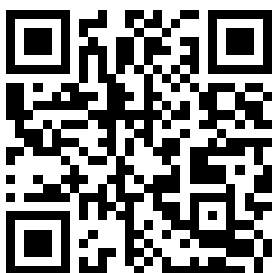
Ano III - nº 30 - Julho/2022

ISSN 2675-2573



RECESSO

LANÇAMENTO



A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro



DESTAQUES

IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ
Leila da Silva Siqueira



Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 30 - Julho de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Isac dos Santos Pereira

Manuel Francisco Neto

Thaís Thomas Bovo

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Alessandra Kally Ciardi Barbosa
- Aline Pereira Matias
- Carla de Fátima Goes e Oliveira
- Cibele Vieira dos Santos Alves
- Cristina da Silva Freitas
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Leila da Silva Siqueira
- Luiza de Caires Atallah
- Marcia Muniz Brilhante de Toledo
- Monika Shinkarenko
- Neide Benedita de Moraes
- Nelson Marcos Correia Pedro
- Patrícia Herminio da Silva
- Sandra Regina de Campos
- Viviane da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 30 (jul. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

108 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:



<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.30>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.



Filiada à:



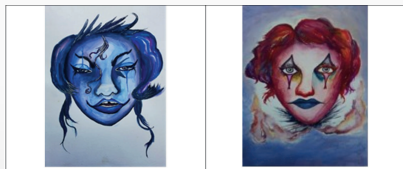
www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto



COLUNA

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL Alessandra Kally Ciardi Barbosa	13
2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL Aline Pereira Matias	19
3. AS FACES DA NÃO APRENDIZAGEM Carla de Fátima Goes e Oliveira	23
4. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL Cibele Vieira dos Santos Alves	31
5. APRENDIZAGEM, CULTURA, ENSINO, E FORMAÇÃO HUMANA Cristina da Silva Freitas	37
★ 6. A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro	45
★ 7. IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ Leila da Silva Siqueira	49
8. A RELAÇÃO DA FAMÍLIA E DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO Luiza de Caires Atallah	57
9. DESAFIOS DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO PARA PAIS E PROFESSORES Marcia Muniz Brilhante de Toledo	63
10. O CINEMA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA EMANCIPAÇÃO DOS ESTUDANTES Monika Shinkarenko	69
11. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Neide Benedita de Moraes	75
12. ACTIVIDADES EXPERIMENTAIS PARA O ENSINO DE FÍSICA NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO Nelson Marcos Correia Pedro	81
13. AS DEFICIÊNCIAS, SUAS HISTÓRIAS E SEUS PERCALÇOS Patrícia Herminio da Silva	89
14. ORALIDADE, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES Sandra Regina de Campos	97
15. UM CURRÍCULO COMPROMETIDO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL Viviane da Silva	103

IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ

LEILA DA SILVA SIQUEIRA

RESUMO

O interesse em desenvolver este estudo surgiu da observação do trabalho pedagógico desenvolvido na cidade de Franco da Rocha, na Educação de Jovens e Adultos. Pretende-se verificar a articulação das práticas docente/discente de alfabetização através de uma análise exploratória em uma Escola da Rede Municipal de Ensino do município de Franco da Rocha, região metropolitana de São Paulo. Espera-se subsidiar a formação de educadores focando em situações de ensino e aprendizagens nas quais os alunos resgatem memórias de suas histórias de vida expandindo, assim, competências leitoras e escritoras.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação de Jovens e Adultos. Letramento.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Em seguida fornece o amparo legal desta modalidade de acordo com a legislação brasileira e fomenta discussões acerca do papel do professor na Alfabetização de Jovens e Adultos, na medida em que cria situações de aprendizagens de resgate de memórias, e como isso pode contribuir para que esta aprendizagem ocorra de maneira significativa, estreitando e motivando as relações de ensino e aprendizagem.

É preciso salientar que, em meio a diversidade de gêneros orais, elegeu-se o relato pessoal e autobiografia como objeto de estudo, porque são gêneros em que se poderia trabalhar dois itens: a utilização da fala em situações diversas e a produção escrita de textos. No momento atual, a atenção está voltada no ensino da língua aplicada a textos. Entre tantas competências que se busca desenvolver na escola, ressalta-se a de fazer com que o aprendiz seja competente na leitura, na escrita e na oralidade. Tal competência se constitui quando o indivíduo compreende o que está fazendo e aprende a usar suas habilidades de forma consciente. Por isso, despertou-se o desejo de propor um trabalho que pudesse envolver uma gama variada de textos a fim de desenvolver no(a) estudante capacidades que inferem na sua essência e se consubstanciam na sua produção.

Dessa maneira, pretendemos desenvolver primeiramente o gosto pela leitura, a brincadeira com as palavras, seus sons, significados e formas. Em segundo plano, identificar recursos linguísticos como rimas, musicalidade, temas, intertextualidade, incentivando, entre outras coisas, a expressão oral, a desenvoltura da oralidade, a segurança da leitura e a leitura crítica. Finalmente, estimular a produção escrita, observando a importância da criatividade, da coerência e da coesão nos textos, fazendo-o perceber que estes são produções culturais importantes para a coletividade.

Para a realização desta pesquisa, consideram-se os alunos da educação de Jovens e Adultos, homens e mulheres com idade de 25 a 70 anos, que em sua maioria não tiveram acesso à educação regular devido a fatores diversos como: falta de escolas em sua cidade de origem, pelo trabalho precoce, pela imigração, mas que, hoje em dia, retornam à escola com o objetivo de alcançar melhores colocações no mercado de trabalho.

Nessa modalidade de ensino, é comum encontrarmos alunos jovens, com idade de 16 a 24 anos, que foram excluídos pelo ensino regular pelas dificuldades em relacionar-se com o outro e pelo abandono da família e da sociedade, transformando seu retorno à escolarização um reparo social. Este ensino é oferecido a grande parte da sociedade, nas consideradas camadas sociais de baixa renda.

Para o cumprimento dos objetivos propostos realizamos fichamento da referência bibliográfica, a construção de referencial teórico, acompanhamento de aulas de linguagem oral e escrita, análise das produções de textos dos alunos e reflexão sobre práticas de alfabetização e letramento.

PANORAMA HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada pela indefinição, pelo voluntarismo, pelas campanhas emergenciais e pelas soluções conjunturais (ARROYO, 2005, p. 30). Portanto sua análise sugere cautela e reflexão contínuas objetivando evitar as estereotípias típicas do discurso dominante sobre esse tema, conforme esclarece Pinheiro:

Essa caracterização ocorre em decorrência da EJA ser pensada com um olhar “escolarizado”, comparando-a com o suposto modelo ideal de escolarização que temos. Na dicotomia entre educação formal escolar como positiva e educação não formal, a EJA tem sido avaliada como o atraso e a improvisação. Nesse equacionamento, a despeito das experiências de educação popular em nosso país, a EJA traz consigo o traço de nossa cultura elitista. Ou seja, “sempre terá a cara da configuração que a sociedade e o Estado fizerem do protagonismo ameaçador que nossa cultura vê nos setores populares” (ARROYO, 2005, p. 26). Tal fenômeno não é difícil de entender, considerando que a sociedade brasileira foi marcada pela inegável força que as classes dominantes do país sempre tiveram para impor aos setores populares um estado de desorganização e desestruturação social, com possibilidades mínimas de participação organizada. Uma sociedade excludente em relação aos “de baixo”(PINHEIRO, 2008, p.4).

Durante o período colonial, a educação brasileira estava sob responsabilidade dos jesuítas e se manifestava basicamente em duas fontes diferentes. A primeira possuía cunho humanístico e estava destinada a educar a elite colonizadora e a segunda era a alfabetização de indígenas adultos orientada a sua posterior catequização. Enquanto na Europa a educação sofria forte influência de movimentos como o Iluminismo e a Reforma, no Brasil, os jesuítas trataram de afastar essa influência disseminando a doutrina católica, ou seja, durante o período colonial e do Império a “EJA” estava atrelada ao ensino religioso.

A expulsão dos jesuítas em 1759 não melhora as condições do ensino para adultos, pois o dever da educação, que ainda herdava alguns traços da educação colonial jesuítica, é repassado ao Império que, controlando financeira e ideologicamente a educação, desenvolve cursos de nível médio, superior e militares. As aulas régias, ênfase da política disseminada pelo Marquês de Pombal, eram direcionadas aos filhos dos colonizadores portugueses, excluindo-se assim, as populações negras e indígenas.

Em 1824 é criada a Constituição Imperial que decretava a educação primária como direito para todos os cidadãos, mas sua aplicação prática foi inviável diante a dificuldade de inserir as camadas inferiores na educação formal. A situação muda com o Ato Institucional de 1834 que delega a responsabilidade da educação de base (primária e secundária), inclusive a educação para jovens e adultos, às províncias, que usaram uma metodologia de aulas noturnas, e passa a se responsabilizar apenas pela educação da elite.

A partir deste contexto ocorre no Brasil uma série de manifestações que questionam e postula o analfabeto como incapaz, essa condição até então não era questionada devido à maioria da população estar na mesma condição, culminando na inserção do voto restrito às pessoas alfabetizadas e com posse mínima na Constituição Republicana em 1891:

A ideia da pessoa analfabeta como dependente tomou força com o período que preconizava a República. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente. Posteriormente em 1881, a Lei Saraiva corrobora com a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas alfabetizadas. Rui Barbosa, em 1882, postula que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”. 5 Instala-se uma grande onda de preconceito e exclusão da pessoa analfabeta. A frase de Rui Barbosa está carregada de preconceito, pois podemos perceber que há uma desvalorização da criança em considerá-la incapaz e do adulto de reduzi-lo a esta situação de incapacidade. (STRELHOW, 2010, p.51)

O século XX se inicia trazendo uma mudança na educação brasileira do período anterior. Os analfabetos que anteriormente eram vistos como um grupo que necessitava do assistencialismo das classes elitizadas passaram a ser considerados culpados pela condição de subdesenvolvimento do país. Tal evento ocorre devido a crise do café e o posterior processo de industrialização que o país vinha sofrendo e a necessidade de mão de obra qualificada que era exigida. Desta forma, alfabetizar não era

mais uma escolha da elite em prol da classe baixa e sim uma necessidade para que se mantivesse a hegemonia até então construída.

Em 1934 é criado o Plano Nacional de Educação dando direito ao ensino primário gratuito que abrangia, também, jovens e adultos. Logo, a alfabetização destes grupos volta a ser uma das prioridades do país. A partir das pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 1945 é regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário cujo 25% dos recursos deveriam ser destinados à educação de jovens e adultos. A partir daí, através da pressão da UNESCO é criada a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos que objetiva uma redução na porcentagem de analfabetos.

O preconceito com os analfabetos começa a ser discutido e a sofrer mudanças a partir da década de 50 com a influência do pedagogo Paulo Freire, que defendia que a educação deveria ser levada em consideração junto com outras necessidades essenciais das pessoas e não isolada, haja vista, esse isolamento dificultar ou até mesmo impedir o desenvolvimento do educando.

Na visão de Paulo Freire o processo educacional e a alfabetização se confundem. Alfabetização refere-se o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto. Essas ideias se difundiram no país e Paulo Freire atingiu reconhecimento nacional por seu trabalho com a educação popular e de adultos. Em 1963 Freire é encarregado de organizar e desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos.

Paulo Freire tem importância no cenário histórico da educação devido a sua visão que considera a educação como instrumento de mudança social. Para ele a educação conduz à libertação, à transformação radical da realidade, para torná-la mais humana, permitindo que o indivíduo seja visto e reconhecido como sujeito de sua história e não como objeto desta. A educação, na sua visão mais ampla, deve possibilitar a leitura crítica do mundo.

O Programa Nacional de Alfabetização de Adultos foi interrompido já em 1964 pelo regime militar sendo acusado de ter cunho ideológico e é substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que retornava a ideia de que a pessoa não alfabetizada era responsável por sua condição e pelo subdesenvolvimento do país.

O Mobral se expande na década de 70, pelo território nacional e inicia-se uma proposta de educação integrada, com o objetivo de concluir o antigo curso primário. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), implantou-se o Ensino Supletivo, possuindo um capítulo específico para a EJA. A LDB restringiu as obrigações do Estado à faixa etária dos sete aos catorze anos, mas inseriu a educação de adultos como um direito de cidadania obrigando que o Plano Nacional de Educação fosse desenvolvido de acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

O programa se encerra em 1985, sendo substituído por outros programas de alfabetização, como a Fundação Educar, destinada a supervisão e acompanhamento dos órgãos e recursos destinados à educação. Foi encerrada em 1990 durante o Governo Collor. Como não houve substituição da fundação pelo governo federal, a responsabilidade pela educação de jovens e adultos passa a ser dos municípios.

Com o cancelamento dos programas nacionais de educação da década de 90, surgem muitos movimentos sociais que objetivavam melhorias na alfabetização com destaque para o Movimento de Alfabetização (Mova), que trabalhava alfabetização considerando o contexto socioeconômico do alfabetizando. Em 1996 é criado um novo programa de alfabetização pelo governo federal, o Programa Alfabetização Solidária (PAS), considerado uma repetição das campanhas de alfabetização das décadas de 40 e 50, cujas observações eram que:

Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha 'Adote um Analfabeto', o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272)

No final da década de 90 é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que pretendia atender as áreas de assentamento, era sujeitado ao INCRA e a universidades e movimentos sociais. Em 2003, é lançado o Programa Brasil Alfabetizado pelo governo federal. Ele previa erradicar o analfabetismo em 4 anos com apoio de trabalho voluntário, mas o prazo foi ampliado

após a mudança do Ministro da Educação, desta forma a situação da educação brasileira no entra século XXI com:

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273)

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O primeiro documento a citar o direito à educação no Brasil foi a Constituição Imperial de 1824 em seu artigo 179, inciso XXXII que diz “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.”, porém, não foi cumprida a rigor. Através do Ato Constitucional de 34 o dever da educação para jovens e adultos é transferido para província.

Na década de 20 a Conferência Interestadual de Educação no Rio de Janeiro e o Decreto 16782/ A determinam a criação de escolas noturnas para adultos.

Em 1936 o Plano Nacional de Educação determinava que o ensino primário integral deveria ser gratuito e deveria contemplar também os adultos.

Em 1942 o decreto-lei n. 4.127, de 25 de fevereiro define a organização da rede federal de instituições de ensino industrial em território nacional e o Decreto-Lei n. 4.073, 1942 tinha a tarefa de preparar profissionalmente a mão de obra necessária ao processo de industrialização do país.

Ainda na década de 40 os decretos 19513, 8529 determinam 25% de cada auxílio federal para Educação Primária de adolescentes e adultos analfabetos e instituem Instituíua a Lei Orgânica com a criação do curso primário supletivo e em 46 a Constituição passa a considerar a educação como direito de todos e garante a gratuidade do ensino primário.

Em 1961, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, a Lei 4.024/61. A educação passa a ser considerada como a forma de preparar o indivíduo para o bem a sociedade. As principais alterações no panorama educacional foram o acesso ao nível superior para alunos do ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação dos Conselhos Estaduais.

A Constituição de 1988 leva adiante a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família.

O amparo legal da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) baseia-se princípio constitucional da educação como direito de todos, apresentado na Carta Magna.

Na Lei 9.394, - Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a EJA está contemplada nos artigos 37 e 38, a saber:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional, na forma do regulamento (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Já o Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua Resolução nº 1/2000, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e na Resolução nº 3/2010, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos quanto à duração dos cursos, idade mínima para ingresso nos cursos para certificação e desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Ainda no Parecer 11/2000, o CNE dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, enfatizando o direito à educação, define como modalidade da educação básica, estabelece funções e princípios, apresenta flexibilidade de organização e duração, trata o currículo e a metodologia de forma contextualizada e dispõe sobre a necessidade de formação específica para os educadores.

As pessoas privadas de liberdade também constituem público da EJA e o CNE dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais, na Resolução CNE/CEB nº 2/2010.

No que diz respeito à profissionalização, destaca-se a Resolução CEB/CNE nº 6, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Decreto nº 5.840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA

Em 1993 a EJA começou a ser ofertada pela Prefeitura Municipal de Franco da Rocha e o prefeito realizou, neste ano, o primeiro concurso para professores de suplência I (1ª a 4ª série) o qual visava atender os alunos que estavam fora da escola. Neste contexto, a oferta da EJA foi organizada em regime semestral e as escolas atendiam alunos oriundos de diversos estados brasileiros.

Após a implantação da suplência I no ano de 1994, deu-se início a oferta de suplência II (5ª a 8ª série), para isto realizou-se concurso para efetivação de professores especialistas, o único que ocorreu para atender a demanda da EJA no município.

No ano de 1995 já havia salas de EJA em diversos bairros da cidade. O Segmento I também era ofertado em espaços alugados pela prefeitura quando os espaços públicos não eram suficientes. O atendimento de alunos foi expandido gradativamente com a perspectiva da continuidade na implantação desta modalidade de ensino.

Neste período, as turmas de suplência II dividiam também espaço com o SENAE e nos anos seguintes ocorreu a construção de um prédio para alocar todos os alunos de 5ª a 8ª série centralizando o atendimento no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA localizado no bairro Pouso Alegre que atendeu cerca de 500 jovens e adultos.

No ano de 2006, após uma reestruturação na Educação de Jovens e Adultos, o atendimento foi centralizado nas Escolas Municipais de Educação Básicas Donald Savazoni e Dionysio Bovo, na qual tornou baixa a matrícula e frequência dos alunos reduzindo as matrículas para o total 388 alunos aumentando a vulnerabilidade social de diversos bairros.

Com as diversas dificuldades apresentadas pela distância de localização dos bairros mais afastados, tais como: as zonas rurais, a Secretaria da Educação promoveu nos anos de 2007 e 2008 a abertura de turmas na EMEB Jornalista Tarcísio Cavalhaes possibilitando a conclusão de 8ª série para cerca de 20 jovens e adultos.

Em 2013 foram retomadas políticas públicas para Jovens e Adultos e foram abertas diversas vagas para atendimento aos alunos da EJA. O principal diferencial do ensino é a implantação do Programa EJA Mundo do Trabalho em parceria com a Fundação de Desenvolvimento na qual subsidia a formação das equipes de trabalho. Inicia-se a construção da primeira Proposta Curricular¹ a partir da formação de grupos de trabalhos com educadores da rede.

Em 2014/2015 as turmas de alfabetização foram centralizadas em duas unidades escolares EMEB Donald Savazoni e EMEB Dionysio Bovo atendendo principalmente adultos e idosos em 5 turmas de alfabetização inicial.

Nos anos de 2018 e 2019 a EJA foi transferida para a escola Adamastor Baptista. O espaço já tinha sido palco de estudos no início da trajetória desta modalidade no município. A unidade ofertava

¹ 1 Proposta Curricular de Franco da Rocha da Educação de Jovens e Adultos: PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCO DA ROCHA

o ensino regular diurno e a modalidade da EJA à noite. A escola ficava afastada dos bairros e muitos alunos tinham dificuldades com o transporte até o local. Este período, também, foi marcado pela chegada de professores concursados.

Atualmente², existe o CEJA Prof.^a Isabel Cristina Pimenta, localizada no centro da cidade de Franco da Rocha. Um espaço apropriado para acolhimento dos jovens e adultos e suas especificidades.

Em 2020, foi atualizada o documento norteador do trabalho pedagógico: Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos³. Nela traz a reformulação dos ciclos de aprendizagens, sendo fase I - Ciclo de alfabetização e continuidade, fase II- Ciclo de aprofundamento e autonomia.

Em 2022⁴ a Educação de Jovens e Adultos será ofertada em duas modalidades: à distância e presencial.

CONQUISTANDO LEITORES E ESCRITORES: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS.

O trabalho foi realizado com alunos em processo de alfabetização (suplência I) da Educação de Jovens e Adultos da EMEB Donald Savazoni. A intenção deste projeto é de estimular a escrita e leitura dos alunos por intermédio dos gêneros textuais: relato pessoal e autobiografia.

Conforme Marcuschi (2008) o ensino da língua deve dar-se através de textos é hoje consenso tanto entre lingüistas teóricos como aplicados. Sabiamente, isso é, também, uma prática comum na escola e orientação central dos PCNs. A questão não reside no consenso ou na aceitação deste postulado, mas no modo como isto é posto em prática, já que muitas são as formas de se trabalhar o texto.

Neste sentido, a ideia da educadora de utilizar estes dois gêneros em suas aulas de linguagem oral e escrita surgiu após uma discussão em horário de trabalho pedagógico coletivo, no qual a temática abordava a importância das memórias para a construção de conhecimento para jovens, muitas vezes marginalizados e também para adultos e idosos imigrantes de estados do Nordeste.

Ao constatar que a Língua Portuguesa está em construção permanente, a professora com o objetivo de sensibilizar os alunos a participarem do projeto trabalhou a canção de Osvaldo Montenegro intitulada "A Lista" que por meio de exposições orais relatou suas experiências. Logo,

Ao ensinar a exposição oral, a escola estará incrementando os modos de acesso e apropriação de saber por seus alunos, ao mesmo tempo que poderá ampliar os universos de diálogos passíveis de serem construídos por eles com diferentes auditórios, nos primeiros anos do ensino fundamental e também nos outros projetos de vida como que se acharem envolvidos, na escola e fora dela. (SANTOS, 2013, p. 147)

Na primeira etapa, foi selecionado textos dos gêneros tais como: autobiografia de Manoel de Barros, autobiografia do Monteiro Lobato, autobiografia de Cecília Meireles, autobiografia do Rubem Alves, e por fim a autobiografia da professora. O início das aulas, portanto, era marcado pela roda de leitura acerca destas experiências de vida, traços da escrita dos autores, bem como a importância dos gêneros apresentados, sua função social e marcas linguísticas.

Surgiram ao longo deste processo questões permanentes nas escritas dos autores: nome completo, idade, cidade de origem, profissão, lugares onde morou e questões sobre a família. Partindo destes questionamentos, os alunos produziram uma lista de perguntas para a construção de sua biografia ou relato pessoal.

A proposta era levar os alunos a pensarem em sua trajetória de vida, sobre a sua batalha para mudar de vida e realizar seus sonhos, suas conquistas. Assim, os alunos começaram escrevendo sobre suas origens, sua família, sua infância, sobre as coisas importantes que viveram em uma folha à parte. Logo após a primeira versão entregaram o texto para a leitura da professora que na semana seguinte entregou aos alunos indagando-os sobre a relevância de escrever um texto em várias etapas. Ademais,

Formar leitores autônomos também significa formar leitores capazes de aprender a partir dos textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre a sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam

2 Pesquisa realizada em 2022.

3 II Proposta Curricular de Franco da Rocha da Educação de Jovens e Adultos: EJA | Blog da Educação % (educafrancodarocha.com.br)

4 Portal de acesso as aulas na modalidade a distância: AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem (educafrancodarocha.com.br)

transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes. (SOLÉ, 1998, p.72).

Na segunda etapa a educadora selecionou alguns textos de autoria dos alunos para que fizessem a leitura para os colegas de classe para praticar a leitura, bem como revisar os textos em duplas,

Quando lê o que escreveu, o autor/revisor revisa a adequação do texto que elaborou para transmitir o significado que o levou a escrevê-lo, neste caso a leitura adota um papel de controle, de regulação, que também pode adotar quando se revisa um texto. (SOLÉ, 1998, p.96)

Após este segundo momento, selecionou alguns textos para realizar uma revisão coletiva, digitando os textos, entregando aos alunos e também utilizando o recurso tecnológico Datashow com o editor de textos para que a revisão fosse realizada pelas turmas.

Dias depois, a educadora marcou com as turmas uma sessão de filmes: Narradores de Javé de Eliane Caffé que retrata a história de um povoado do Vale de Javé, situado no sertão baiano, e está prestes a ser inundado para a construção de uma enorme usina hidrelétrica. De acordo com os moradores locais o ideal seria preparar um documento oficial, contando todos os grandes acontecimentos heróicos de sua história, justificando sua preservação, ou seja, o importante é provar para "todos" que o local abriga um patrimônio que não pode ser perdido e, por causa disso, decidem escrever os feitos da história de Javé, na esperança de impedir o tal desastre. Na roda de conversa, após o filme, foi possível ouvir relatos orais dos alunos sobre o quão era parecido o local onde foi produzido: a sua cidade de origem, histórias destes vilarejos, pobreza e o quanto a vida melhorou, além da grande vontade de regressar para estas cidades quando os filhos estiverem criados.

Na terceira etapa do projeto, a professora e os alunos organizaram a reescrita e digitação dos textos, fizeram a seleção de alguns que foram publicados no site do Museu da Pessoa⁵, uma das memórias foi transformada em peça de teatro e apresentada no sarau literário da escola, além disso, outra memória foi selecionada para compor o livro em comemoração aos 70 anos da cidade de Franco da Rocha publicado em dezembro de 2014. A saber,

É importante lembrar escrever não deve ser considerado somente "dom" ou resultado de uma "inspiração" individual. De novo, resalto o proveito para os alunos de uma construção negociada e partilhada de seus diferentes textos. Foi também um espaço de uma rica oralidade, entre concordâncias e discordâncias, achados singulares e apreciação coletiva, que esses textos ganharam forma e composição. (FRANCHI, 2012, p.209)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente é consenso que há poucos esforços para a melhoria da Educação Brasileira, com o foco em ensinar com qualidade social para todos, encontra-se a imagem do professor na difícil tarefa de além de ensinar, o de possibilitar a integração entre ensino e vida. Nesta perspectiva, a educação é um conceito que parte da colaboração entre professores e alunos em um processo permanente e amplo. É amplo no qual há de se considerar que aprendemos com cada coisa, pessoa ou ideia que construímos através do que vivenciamos, experimentamos, ouvimos, sentimos, tocamos, lemos e compartilhamos.

O professor da EJA deve considerar a complexidade do aprender para alunos oriundos com pouca escolaridade, o que reflete acerca da dimensão social do retorno à escola, sem esgotar as diversas experiências dos professores o uso desses alunos, subsidiam planos de aulas onde haja uma ruptura dos paradigmas da aula tradicional, a qual a linguagem oral e escrita são contempladas num processo de repetição que leva os alunos a decorarem datas, números, estruturas gramaticais, fórmulas, enfim, conceitos que não representam significados reais para os alunos no processo de aprendizagem.

A alfabetização, neste contexto, é vista como um processo constante, capaz de levar os alunos a contextualizar, relacionar, interagir, buscar novas informações, calcular, e, neste caminho, o professor é fundamental para que este processo ocorra de maneira positiva, levando os alunos a aprender a conhecer, fazer, ser e conviver, transformando os saberes aprendidos como um organismo vivo e rico.

Diante do exposto, cabe ao educador, ao trabalhar com as memórias dos estudantes, mediar todo este processo com objetivos, reflexões e questionamentos sobre as vantagens e desvantagens,

⁵ Disponível em: Museu da Pessoa

pois é apenas um recurso a mais, cada qual possui linguagem própria e diferenciada, que possibilitam aprendizagens diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2022.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláis Sales Cordeiro]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo, Cortez: 2004.
- OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação. In: **Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16º Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos**. Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007. Disponível em <http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.
- PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Educação popular no Brasil: possibilidades de uma história comparada. **Revista História Comparada UFRJ**, n.1, 2008. Disponível em:<<https://www.revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/136/128>>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.
- STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. **História e Memórias da Educação no Brasil - Século XX**. Petrópolis, Vozes, 2005.
- SOLÉ, Maria. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, 2010. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Leila da Silva Siqueira

Licenciatura Plena em Letras/Espanhol pela UNIFUNEC em Santa Fé do Sul, SP. Formada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, SP. Pós-graduada em Alfabetização e Letramento e Contação de Histórias pela Faculdade Campos Salles, FICS, SP. Professora de Educação Básica de Franco da Rocha. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.
Contato: maestraleila19@gmail.com



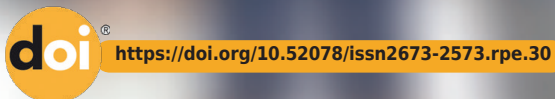


ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alessandra Kally Ciardi Barbosa
Aline Pereira Matias
Carla de Fátima Goes e Oliveira
Cibele Vieira dos Santos Alves
Cristina da Silva Freitas
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Leila da Silva Siqueira
Luiza de Caires Atallah
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Monika Shinkarenko
Neide Benedita de Moraes
Nelson Marcos Correia Pedro
Patrícia Herminio da Silva
Sandra Regina de Campos
Viviane da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

